



# LITERATURA COMO MEMÓRIA: OS PERDEDORES DA HISTÓRIA EM *VIDAS SECAS*, DE GRACILIANO RAMOS<sup>1</sup>

LITERATURE AS A MEMORY: THE LOSERS OF HISTORY IN *VIDAS SECAS*, BY  
GRACILIANO RAMOS

---

Isabela Cristina Rodrigues Azevedo<sup>2</sup>

---

Artigo submetido em: 22 abr. 2021

Data de aceite: 21 jun. 2021

Data de publicação: 4 jul. 2021

**RESUMO:** Este artigo se propõe a apresentar uma leitura à obra *Vidas secas* (2013), de Graciliano Ramos, na qual a literatura é porta-voz do silenciado pelo discurso histórico. Após contrastar as áreas de saber, literatura e história, dada sua igual construção baseada no discurso linguístico, aponta-se para a situação sócio-histórica das personagens da obra. Com base em Walter Benjamin (1987), as personagens são aqui entendidas como perdedores da história, ao passo que Getúlio Vargas – presidente ditador do Brasil no período de publicação da obra – figura como dominador e agente do apagamento político da minoria abordada por Graciliano. Sem ter a obrigação de o ser, literatura é também memória em *Vidas secas*.

**Palavras-chave:** Literatura. História. Registro. *Vidas secas*. Graciliano Ramos. Walter Benjamin.

**ABSTRACT:** This article proposes to present a reading of the work *Vidas secas* (2013), by Graciliano Ramos, in which literature is the spokesperson for the silenced by historical discourse. After contrasting the areas of knowledge of literature and history, given their equal construction based on linguistic discourse, we point to the socio-historical situation of the characters in the work. Based on Walter Benjamin (1987), the characters are understood as history's losers, while Getúlio Vargas – dictator president of Brazil in the period of publication of the work – figures as the dominator and agent of the political erasure of the minority approached by Graciliano. Without having the obligation to be, literature is also memory in *Vidas secas*.

**Keywords:** Literature. History. Record. *Vidas secas*. Graciliano Ramos. Walter Benjamin.

---

<sup>1</sup> Texto orientado pelo Prof. Dr. Paulo Cesar Silva de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3307585926360755> / <https://orcid.org/0000-0002-6041-7890>



Acesse este artigo pelo QR Code:



## INTRODUÇÃO

Os estudos da História<sup>3</sup> permitem que o homem entenda o seu trajeto sobre a Terra, tomando consciência do que já aconteceu, o que nos permite e ajuda entender o presente. A idade do ser humano é infinitamente pequena para que uma pessoa viva e por si mesmo aprenda tudo o que se pode saber sobre as sociedades e seus desenvolvimentos. O registro do profissional da História é de suma importância para que a humanidade entenda sua trajetória, pois aponta para um passado que, no presente, pode parecer distante, mas nem sempre o é de fato, visto que carregamos conosco tradições e costumes coletivos.

Segundo a estudiosa da linguagem, Ingedore Koch, a neutralidade é um mito socialmente aceito. Koch percebe que a neutralidade diz respeito a uma construção social quando conclui que **argumentar** e **dizer** são sinônimos. Por serem sociais, os humanos são argumentativos nos atos de convencer e serem convencidos. São argumentativos nas escolhas, que vêm a ser tanto a decisão de qual palavra usar em uma frase, quanto quem escolher como representante político. Ou seja, a defesa de teses é constante e contínua, de modo que quem prega a existência de atitudes e falas não ideológicas nada faz a não ser defender a tese de que é possível viver sem teses. Em suma, ou engana a si ou busca enganar quem lhe dá ouvidos.

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga,

---

3 **História** e **história** apresentam aqui diferenças de sentido. Entende-se por História os discursos oficializados ou hegemônicos que compõem o saber histórico formalizado, institucionalizado. Para história, chamam-se as pequenas narrativas que compõem a multiplicidade do real, os fatos eludidos e os explicitados que, por fatores ideológicos, políticos, sociais e/ou econômicos não participam dos discursos oficiais.



crítica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que **o ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neuro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade. (KOCH, 2011, p. 17, ênfase no original)

A linguagem é instrumento indissociável da persuasão. Muito embora se aprenda que generalizações empobrecem, haja vista que atuam com base em discursos planejados e homogêneos sobre questões que podem, muitas vezes, merecer julgamentos diferenciados, **generalizar as generalizações** é igualmente um erro epistemológico. Exemplo disso está em Koch. Ao afirmar que “a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”, a teórica está generalizando, porém, o faz de forma intencional e consciente. Não se trata de um olhar planejado e empobrecido sobre a linguagem, mas sim de uma análise assertiva. Uma vez que defende que a língua é uma ferramenta de opinião, conseqüentemente, defende que todo fruto linguístico é um fruto ideológico.

Partindo da visão de que todo produto da língua é cingido por uma perspectiva, por consequência, podemos observar em *Vidas secas* como a todo momento a narrativa é entrecortada por juízos de valor. Por ser uma obra enunciada por narrador heterodiegético, pode ser entendida, em uma leitura superficial, como uma produção mais próxima da neutralidade, se comparada ao narrador homodiegético. Na condição de um narrador que não é uma personagem, aparentemente para um leitor ingênuo, pode-se esperar menos subjetividade, se posto em contraste com o narrador em primeira pessoa do discurso. Contudo, mesmo sem o uso da primeira pessoa, o narrador – um produto linguístico – é também um espaço em que habita a argumentatividade, para manter a expressão teórica de Ingedore Koch. A não neutralidade, então, da voz narradora pode ser percebida na obra em trechos como o a seguir:

Fabiano curou no rasto a bicheira da novilha raposa. Levava no aió um frasco de creolina, e se houvesse achado o animal, teria feito o curativo ordinário. Não o encontrou, mas supôs distinguir as pisadas dele na areia, baixou-se, cruzou dois gravetos no chão e rezou. Se o bicho não estivesse morto, voltaria para o curral, que a oração era forte. (RAMOS, 2013, p. 17)

Nesse fragmento, Fabiano está atuando em sua profissão: o vaqueiro busca por um animal que sofreu o ataque de uma raposa, mas não o encontra para tratar de seu ferimento; decide, então, rezar para encontrá-lo, se estiver vivo, e retorna para casa. Nesse pequeno trecho de narração, é possível notar, entre outras observações, como as escolhas de palavras parcializam a visão dada à cena descrita. Fabiano **supôs** entender na areia as pisadas no animal que buscava. É posto em suspensão o reconhecimento do vaqueiro. Esse olhar que não deposita total confiança nas ações da personagem é uma postura argumentativa: a postura de desconfiar. O narrador poderia ter utilizado outra palavra, poderia escolher acreditar na identificação feita na areia, porém igualmente estabeleceria uma posição diante dos atos que conta ao leitor. Como bem define Koch, a respeito de todo o desempenho que invariavelmente exercemos da língua, o que ocorreria, assim, seria apenas um juízo diferente daquele da personagem.

Nesse sentido, seguindo o raciocínio proposto pela linguista, o profissional da História, ao fazer uso da linguagem, escolhe sempre uma ou mais perspectivas. Não pode optar por todas, até porque as percepções do real variam no tempo-espaço. Trata-se do **fascismo** que reside na língua e **obriga a dizer**, tal como Roland Barthes defende em seu ensaio *Aula*: “Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, s/d, p. 14). Isso significaria, então, que o historiador é também um sujeito parcial. Sugere-se, assim, que a História, como é conhecida pelo **senso comum**, não seja entendida como mais do que um ponto de vista (dentre muitos) lançado sobre os acontecimentos que já se deram, ponto de vista que não deveria significar categoricamente a **verdade** sobre o passado, e sim uma perspectiva do real em meio a muitas possíveis. Até porque, para além do fato de não ser neutra, há na História inclinação – e necessidade, desejo, pretensão – para a representação do vivido, senão nos moldes da ficção, ao menos por meio de estratégias também utilizadas no âmbito do ficcional.

Somada à abstração das palavras, há a representação do real nos textos. Sempre haverá algo que não caberá na construção: se o registro aponta para processos de seleção e combinação de elementos, ignora a ausência por vezes intencional de outros. Se aponta para o ocorrido em um determinado lugar, não será capaz de abarcar os demais. Os textos serão, assim, espécies de fragmentação selecionada do real, como é possível observar em *Os atos de fingir*, de Wolfgang Iser (1983). Ao recorte do real executado pelos textos, Iser classifica como **transgressão de limites** entre texto e real, sendo o real por ele denominado como um **sistema contextual preexistente**:

Como produto de um autor, cada texto literário é uma forma determinada de tematização do mundo (*Wetzuwendung*). Como esta forma não está dada de antemão pelo mundo a que o autor se refere, para que se imponha é preciso que seja nele

implantado. Implantar não significa imitar as estruturas de organização previamente encontráveis, mas sim decompor. Daí resulta a *seleção*, necessária a cada texto ficcional, dos sistemas contextuais preexistentes, sejam eles de natureza sociocultural ou mesmo literária. A seleção é uma transgressão de limites na medida em que os elementos acolhidos pelo texto agora se desvinculam da estruturação semântica ou sistemática dos sistemas de que foram tomados. (ISER, 1983, p. 388, ênfase no original)

Embora uma narrativa ficcional sobre o sertão, a leitura de *Vidas secas* não deve necessariamente ser direcionada ao retrato nem recair no aspecto biográfico quanto à representação do sertão brasileiro. Primeiro, porque não há na obra menção a algum país nem mesmo a um estado da federação em que a ação figuraria. Em segundo lugar, porque, embora se passe em um espaço geográfico identificável como o **sertão**, o que nos é dado a saber sobre ele, na obra, vincula-se somente à experiência de uma família que é acompanhada pelas lentes do narrador aparentemente ausente. Ou seja, há uma série de estratégias textuais, um recorte – uma **seleção** – de aspectos concernentes ao sertão. Isso é percebido no olhar curioso do menino mais velho, filho de Fabiano e sinha<sup>4</sup> Vitória, que questiona o que haveria para além da serra distante e azulada:

Todos os lugares conhecidos eram bons: o chiqueiro das cabras, o curral, o barreiro, o pátio, o bebedouro – mundo onde existiam seres reais, a família do vaqueiro e os bichos da fazenda. Além havia uma serra distante e azulada, um monte que a cachorra visitava, caçando preás, veredas quase imperceptíveis na catinga, moitas e capões de mato, impenetráveis bancos de macambira – e aí fervilhava uma população de pedras vivas e plantas que procediam como gente. (RAMOS, 2013, p. 58)

Para o excluído da seleção do que compõe a geografia presente no enredo da obra, a criança escolheu usar de sua imaginação pueril e criou, assim, um mundo mágico. Como leitores, temos igualmente a abertura de buscar, dentro da nossa razão individual, localizar esse espaço não nomeado, retirá-lo do caos de um não-lugar. Pode-se, sim, dizer que se trata do sertão brasileiro, dadas as

---

4 **Sinha**, assim grafado, sem o acento agudo, é a grafia original da obra *Vidas secas*. Diferentemente do termo **sinhá** (aquela que tem posses, que é senhora de algo), **sinha** é regionalmente usado no sertão para fazer referência a mulheres pobres. Para mais informações, consultar o artigo *As classes populares e as duras cavalgadas da vida: uma leitura de Vidas secas, de Graciliano Ramos*. (Cf. REBELLO, 2005, p. 92).

referências à vegetação, à paisagem, bem como a tentativa de, por meio das estratégias de representação, equivaler a aridez daquela região específica do Nordeste brasileiro ao estado de alma das personagens. Podemos dizer que o sertão se inscreve na narrativa como espaço geográfico, político e social, sem esquecer o espaço psicológico que atravessa as personagens. Dessa junção, a terra inóspita surge como espécie de lugar mítico, tal qual o sertão de Guimarães Rosa, de outra maneira e por outras formas de representação. Seja como for, aquilo que não é definido objetivamente na obra ou que é excluído dos processos de seleção textual evidencia um para-além do texto, uma produção de imaginário, conforme já apontara Iser.

Diante disso, se cada historiador é um ser humano, um indivíduo preso a sua classe – o que significa dizer que é um ser argumentativo, que analisa –, e se a representação é, em essência, impossível, resta algum lugar para a História, caso ela assuma o papel de detentora da verdade do que se passou? Walter Benjamin, ao que parece, foi feliz no que propõe como conceito de História. Segundo o filósofo, não há uma única História (com letra **H** maiúscula), mas sim um conjunto heterogêneo de pequenas histórias (com **h** minúsculo) que compõem o real. Desse conjunto, o historiador, ao escrever com **H** maiúscula, dá a sua perspectiva, o que faz com que se possa reconhecer com que realidades este profissional da história estabelece **empatia** (BENJAMIN, 1987, p. 225). Conforme Benjamin, a empatia é determinada por quem segura o troféu: A História caminha em acordo com o discurso dos **vencedores**, dos **dominadores**. Em uma perspectiva escatológica, Benjamin defende que apenas no fim da humanidade haverá, então, a igual valorização (e valoração) de todas as histórias. Na tese de número 3, de *Sobre o conceito de história*, Walter Benjamin afirma:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final. (BENJAMIN, 1987, p. 223)

Ramos, ao concluir a obra num apontamento para o êxodo rural, oportuniza, em discurso literário, um relato histórico de um dos aspectos de formação das grandes metrópoles brasileiras no século XX: “Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos” (RAMOS, 2013, p. 128). Ao peregrinar rumo ao

sul, a família de retirantes percorre caminho igual ou parecido ao feito por milhares de brasileiros em busca de oportunidades melhores na cidade grande. Contudo, está claro que a obra *Vidas secas* é literatura.

## A LITERATURA E A OPORTUNIDADE DE MEMÓRIA

Em contraste com o discurso histórico, que narra pela perspectiva dos dominadores – segundo Benjamin –, a literatura tem a chance de pôr sob os holofotes **as figuras esquecidas** pela História. Aquilo que é taxado como indigno de um lugar de fala nos registros pode ter empoderamento e voz a partir do discurso literário. Porque é campo que não se define (nem é definido pela **massa**) como um agente da Verdade maiúscula, a literatura propicia leitura a diversas verdades oriundas de vários pontos de vista. Desse modo, mostra-se mais aberta para uma contemplação mais abrangente das pequenas histórias que compõem o real – contudo, longe de contemplar o todo do real.

A isso convém apontar para a existência da literatura como possível apenas em forma de **leitura** realizada por alguém, e esse **alguém leitor** será, então, quem ativará o texto partindo de sua bagagem de mundo. Ou seja, literatura é fenomenologia: “Se o leitor estrutura o texto graças a suas competências, então isso significa que no fluxo temporal da leitura se forma uma sequência de reações, na qual a significação do texto é gerada” (ISER, 1996, p. 69). Idealizar a literatura como lugar de pureza dos preconceitos e das exclusões sociais é ingenuidade, não só pela não neutralidade do autor ao fazê-la, como também por seu leitor, dado que o sujeito leitor traz para sua leitura seus atravessamentos incontornavelmente.

Essas **figuras**, que habitam nas sombras dos acontecimentos narrados pelo historiador, são trazidas à luz por Walter Benjamin ao conceber a figura dos perdedores. Entendendo que as disputas de poder presentes nas sociedades reverberam no modo como essas mesmas sociedades escolhem registrar seus feitos, Benjamin aponta para o jogo de luz e sombras que a alguns eleva e a outros torna inexistentes para a posteridade. Um olhar a fundo para o modo reificado como as guerras se dão a conhecer, por exemplo, revela como, nos registros, pessoas que lutam ou vivem em regiões de conflito foram reduzidas a números de mortos ou sobreviventes. Para aqueles que não saíram com vida e troféu, não há o destaque a seus nomes, a dor da perda sentida por suas famílias ou a seus sonhos interrompidos em prol de defender ideais político-bélicos. Dessa forma, a perda no campo político significa a perda de um espaço no registro (o que também a esses suprime um lugar na memória) e, conseqüentemente, na existência coletiva.

Assim, partindo de um possível desdobramento dessa reflexão filosófica elaborada por Benjamin a respeito do registro do historiador, abrem-se



possibilidades de novo olhar para as personagens eludidas na/pela História. Uma vez que o registro do que acontece no mundo não será completo, limitação inerente à representação, há o que sobra dos discursos registrados e que permanece nas sombras à espera de quem o resgate. Benjamin mostra que, na porção dos acontecimentos do mundo escolhida pelo historiador e que ele não registra, o perdedor é a parte desvalorizada, a vida não passível de ser escrita e inscrita nos registros oficiais. Reyes Mate faz significativa consideração a esse respeito ao definir **o perdedor** de que fala Benjamin: "O problema é com os perdedores. Estes, ao perder, ficaram de fora do desenvolvimento histórico. Seu passado se converteu em algo inerte, quase natural" (MATE, 2011, p. 23).

Um passado inerte, naturalizado e não registrado tem Fabiano, em *Vidas secas*. Em um dos únicos momentos da obra em que se traz à luz sua ascendência, é possível ver o esquecimento que atravessa todos os seus pares. São homens que até em suas posturas evidenciam a submissão a que são postos em todos os níveis:

A cabeça inclinada, o espinhaço curvo, agitava os braços para a direita e para a esquerda. Esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô do vaqueiro e outros antepassados mais antigos haviam-se acostumado a percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário. (RAMOS, 2013, p. 17-18)

Sem que seus nomes sejam registrados, sem que suas trajetórias sejam contadas, homens que percorriam veredas em meio ao mato alto viveram dificuldades que se perpetuaram em seus filhos. A naturalização de seus esquecimentos é tamanha, que o que se tem é a reprodução de seu modo de andar, mesmo em um contexto no qual não há mais sentido afastar o mato. Isso porque, em face de serem perdedores da História, são seres ignorados e ignorantes de si (**ignorantes** no sentido dicionarizado do termo, ou seja, aqueles que ignoram, que desconhecem). Em uma metáfora de dores, os meninos de Fabiano trilham uma história de vida perdedora, tal qual seu pai: perde-se o direito à escola, o direito à boa alimentação, o direito a ser parte do registro (de modo que nem seus nomes são dados a conhecer) e, talvez na perda de mais intensas consequências, perdem a compreensão de suas próprias ações e existências.

A lógica permite dizer que, sem perdedores, ou seja, sem os esquecidos, não há discurso dos vencedores, o que mostra que não podem ser os únicos a serem lembrados, posto que essa lembrança implica apagamento/esquecimento de outras. O destaque dado aos dominadores não é feito sem que o oposto se manifeste, ainda que no silêncio. Por isso, podemos afirmar que há um **defeito de fábrica** (para fazer uso de termos populares) na



pretensão histórica de produção de saberes, pois o ato de não dizer sobre um acontecimento gera uma lacuna, um *locus* vazio, que pode paradoxalmente denunciar a falta, assim como um fantasma. Por isso, nossa modernidade pode ser descrita como fantasmática, posto que construída sobre milhões de vozes silenciadas. Uma vez que os vencedores são cogitados para figurarem na memória oficial, os perdedores o são para o esquecimento. O esquecimento também é uma forma de registro, de arquivo às avessas. Márcio Seligmann-Silva aponta para o **tribunal** feito pela História ao julgar o que compõe ou não os registros, citando, inclusive, Walter Benjamin:

A História assume diante da força que a *ars oblivionis* adquire – sobretudo como uma reação aos fatos extremos do nosso século – o caráter de um *tribunal*. Já para Benjamin, “Escrever a História quer dizer (...) citar a História” (V, 595). As testemunhas são citadas diante do tribunal. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 63, ênfase no original)

Dada a impossibilidade de escrever a História fazendo jus a todos os acontecimentos, o ápice possível dos feitos do historiador é o ato de **citar** (o que evidencia a não totalidade do discurso histórico mais uma vez, dado que citar é escolher trechos para mencionar) e não o de **registrar**. Julga-se o que convém ser lembrado e o que convém ser contemplado pela “*ars oblivionis*”, a arte de esquecer.

Memória, como existência, na obra *Vidas secas*, é mais um dentre os direitos suplantados dos sertanejos. Não havendo lembrança, resta o não existir.

Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família. (RAMOS, 2013, p. 97)

Assim como, para Fabiano, seus parentes anteriores aos avôs não existem, para o senso comum, aquilo que não recebeu lugar na memória do discurso histórico tende a não ter presença no compreendido como realidade. Fabiano sabe que tem ascendência anterior ao seu avô, mas não se importa em saber quem eram. Igualmente, no campo de disputas para a posteridade social, não se trata de desconhecer a existência do outro: a ausência dos perdedores na narrativa histórica significa a eles uma imposição de esvaziamento de importância, por estarem em uma realidade marginalizada. O valor dado aos acontecimentos do

real – de modo que a uns há lugar na posteridade e a outros não – é distribuído arbitrariamente pelos que dominam socialmente. A literatura, porém, oferece uma alternativa ao esquecimento e à inexistência dos dominados, não por finalidade de origem, mas como possibilidade criativa.

As narrativas literárias são um contradiscurso em relação à lógica da **memória seletiva** que a História alimenta. Evocar o idoso, a mãe solteira, o nordestino explorado na cidade grande ou o jovem em situação de rua significa trazer aos discursos os sujeitos perdedores, marginalizados no plano social. De igual modo, evocar o genocídio ocorrido em Ruanda, a história de vítimas e sobreviventes das bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki ou a perspectiva dos africanos e dos índios em relação ao imperialismo europeu também é falar de perdedores. Se no discurso histórico tradicional não há espaço para lidar com todos sem hierarquias, a Literatura se oferece como um dos suportes privilegiados pelo qual os discursos dos emudecidos transitam, pois, para a Literatura, tudo faz parte da força de *mathesis*, de que tratou Roland Barthes, ou seja, da incorporação dos inúmeros saberes do mundo, o que torna as histórias esquecidas importantes elementos discursivos. “Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário” (BARTHES, s/d, p. 18). A literatura abarca todos os saberes, uma vez que sua matéria-prima é a humanidade e o que nela há.

Nesse sentido, as histórias de duas crianças que não vão à escola; de um homem que mal se comunica com os seus e com os que estão ao seu redor porque, da mesma forma que os meninos que não vão à escola, foi alijado do processo de desenvolvimento da linguagem crítica e das relações interpessoais que promovem a sociabilidade; ou de uma mulher que teme a todo momento a sequidão da terra podem não ter espaço nos registros da historiografia oficial dos anos 1930 do Brasil, mas ganham voz no discurso literário, que as lança inclusive de volta à historiografia oficial, ao apontar as limitações desta e por mostrar as contradições do **falar-por**, como no caso do romance de Graciliano Ramos.

Em *Vidas secas*, há espaço para se falar da fome, da pobreza e da ignorância, o que em tempos de capitalismo tardio e de fome que, em 2021, assola mais de dez milhões de pessoas no Brasil (com grave aumento desse quantitativo no atual período de pandemia), demonstra que ao acúmulo de riquezas opõe-se o absoluto da miséria. O romance, decorridos mais de oitenta anos de sua publicação, ainda tem muito a acrescentar às pesquisas de hoje, em múltiplas frentes. A literatura é, assim, uma espécie de reagente ao tempo histórico e de registro, motivo pelo qual se pode afirmar que seus poderes (**poder** como aquilo que se pode mediante a) não se esgotam no seu tempo presente. Literatura é, também, uma forma de consciência no combate à desigualdade. Diferentemente do que acreditava Benjamin sobre a isonomia entre os homens, a

literatura – ainda que de forma utópica – não espera pelo Apocalipse para que se consuma a valorização de todos, pois quem sente fome e medo, os que sofrem violência física e tantos outros males não têm consolo na perspectiva de que devem continuar padecendo até que, ao fim da História, justiça e equidade sejam feitas.

No romance, encontram-se Fabiano, sinha Vitória e seus dois filhos, meninos não nomeados, como os protagonistas humanos. Baleia é um animal e, como tal, comporta-se em grande parte de forma alheia aos conflitos da alma humana. A animalidade de Baleia transparece claramente no tratamento que o narrador dá à situação de Baleia, no momento em que a cadela come, junto da família, os restos de seu companheiro de viagem, o papagaio: “Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava lembrança disto” (RAMOS, 2013, p. 11). Diferentemente de Baleia, os sujeitos da família reagiram com tristeza, calados pela violência do fato, como mentalizou sinha Vitória, em suas lembranças, a respeito da morte do papagaio:

Resolvera de supetão aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma que ele era mudo e inútil. Não podia deixar de ser mudo, ordinariamente a família falava pouco. E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas. (RAMOS, 2013, p. 11-12)

No que toca ao enredo da obra, a vida do sertanejo era assunto de destaque nas produções do período em que a obra foi publicada, hoje estudado pela historiografia literária sob a denominação de Romance de 30, Neorrealismo ou Segunda fase do Modernismo brasileiro. Chama a atenção como, em meio a um período político repleto de contradições referentes às possibilidades de se viver a modernização do país, a literatura da década de 1930, ou mais especificamente, as narrativas produzidas, apontavam majoritariamente para o sertão e para outras regiões não incluídas no projeto modernizador da Era Getúlio Vargas.

As árvores secas, o chão de barro rachado e os animais mortos compõem um cenário de pouca vida, tal qual se pode afirmar ser o interior dos protagonistas ao caminharem em busca de alimento, água e teto. Diretamente ligada a isso, a chuva é a solução para ambas as sedes – a sede da natureza e dos homens fisicamente ressecados e a sede do espírito humano por qualidade de vida. Com a chuva, novamente há vida para a fauna e flora do sertão, ao passo que se regam as esperanças de uma vida melhor para os sertanejos.

Uma vez instalados Fabiano, sinha Vitória e seus filhos, na fazenda, presenciam os primeiros sinais de chuva e, com eles, a esperança de que viverão dias melhores dali em diante. Chega também com a chuva o dono da fazenda, o qual, após humilhar Fabiano, o recebe como empregado, em condições

injustas de trabalho. A narrativa, então, se desenrola no período em que estão sob o teto de outrem, cuidando dos bens de outrem. Nesse ínterim, o leitor é convidado a conhecer os medos e esperanças dos adultos e as curiosidades, os temores e os sonhos das crianças. Ao fim da obra, novamente a seca se apodera da vegetação, do gado e dos homens. Fabiano e sua família mais uma vez iniciam uma peregrinação sem destino certo, num deslocamento doloroso e esperançoso tal como começou o primeiro quadro, um ciclo fechado e aparentemente repetitivo, num tempo que parece se repetir sem jamais se inovar. Novamente, em um deslocamento tanto dos corpos em busca de fugirem da morte quanto das mentes à procura de esperança, sinha Vitória aponta para o cerne do que nos parece ser a caminhada errante da família: "Chegou-se a Fabiano, amparou-o e amparou-se, esqueceu os objetos próximos, os espinhos, as arribações, os urubus que farejam carniça. Falou no passado, confundiu-o com o futuro. Não poderiam voltar a ser o que já tinham sido?" (RAMOS, 2013, p. 120).

Diante de tais condições de vida, quem seriam sinha Vitória, Fabiano e meninos mais novo e mais velho para a História com **H** maiúsculo? Sem habitação, sem trabalho digno, sem acesso às instituições de ensino, vítimas da fome e com vidas marcadas por perdas, convém afirmar que as personagens de *Vidas secas* são seres **dominados**, os **perdedores**, que se movimentam ao sabor dos vencedores da História. Não obstante se trate de personagens da ficção, analisá-las na perspectiva histórica proposta por Benjamin não é incoerente, visto que a literatura é um discurso híbrido, misto inseparável de ficção e representação social. Assim, acredita-se aqui que as personagens criadas dão vozes a sujeitos reais, entes que possuem correspondência no mundo socialmente constituído, além da matéria-prima que os fazem compor a obra de modo singular.

## JUSTAPOSIÇÃO DA OBRA AO MOMENTO DE SUA PUBLICAÇÃO: VARGAS

Pensando-se o mundo real no momento de produção de *Vidas secas*, o contexto político brasileiro oferece passagens para a leitura da obra que são produtivas quando pensada a figura do perdedor, na perspectiva benjaminiana. Em 1937, um ano antes da publicação da obra, Getúlio Vargas impôs ao Brasil a ditadura conhecida como Estado Novo. A postura ostensiva de combate ao que foi chamado de ameaça comunista desdobrou-se em prisões arbitrárias e força militar contra os civis. Graciliano Ramos foi um dentre homens e mulheres presos por acusações de origem autoritária.

O governo Vargas foi o momento histórico brasileiro em que as leis trabalhistas foram criadas, o que beneficiou a muitos. Contudo, simultaneamente a esse olhar lançado aos pobres trabalhadores, há uma omissão



muito grande no que diz respeito ao amparo a pobres de outras regiões para além das localizadas no sul do país. Tal postura é coerente com os interesses da agenda de Vargas, uma vez que seu plano industrializador do Brasil visava às capitais, locais de maior concentração do poder aquisitivo. Ou seja, incentivar a mão de obra nessas regiões significava viabilizar a industrialização desejada. Quanto à população das demais regiões, se algo foi feito para eles, foi de pouco alcance. *Vidas secas* desponta historicamente nesse momento da vida nacional, em que o centro-sul recebe destaque a ponto de metonimicamente configurar-se como a face do país inteiro. Com um desenvolvimentismo pautado na industrialização e no progresso de fábula, qual o interesse em tratar da seca que destrói a terra, expulsa o homem, oprime mulheres e crianças pobres?

O esquecimento do Nordeste foi documentado por Antônio Jorge Siqueira, professor de História e Ciência Social da Universidade Federal de Pernambuco. Em seu texto, intitulado *Getúlio Vargas e o Nordeste* e publicado pelo site da Fundação Joaquim Nabuco, Siqueira afirma:

É a vigência de um tipo de poder que não apenas centraliza, mas comanda, toma iniciativas, reprime, coopta e doutrina. No pós-guerra, sem o perigo do nazismo e do fascismo e ante o pavor dos governos comunistas, a classe trabalhadora ganha espaço, as instituições ganham novas leis, porém se paga preço alto com a captura oportunista dos trabalhadores. O Estado se moderniza, é verdade. A sociedade civil, no entanto, empobrece com o perfil autoritário do desenho político. Com o seu antiliberalismo retórico a cidadania perde com a preterição dos direitos individuais. Com a massificação corporativista anulam-se os direitos coletivos e sociais. Com a exacerbação do papel das lideranças, a política é desqualificada e os direitos sociais usurpados.

Neste contexto, o trabalhismo vira partido político oficial, o sindicalismo vira peleguismo, os ganhos sociais viram populismo. É um legado obscurantista que o país não esquece. E Pernambuco lembrará a autoria de frases de efeito como estas: “Quem não puder viver, que morra!”, “A democracia é um pau seco”, “Vim para criar a emoção do Estado Novo” e “Voto não enche barriga de ninguém”. Lamentavelmente não podemos dissociar semelhante postura de um legado político negativo da era Vargas. (SIQUEIRA, 2020)

É nesse momento de apagamento de direitos que *Vidas secas* é publicado. Importa, para o poder vigente de então, a fábrica e seus benefícios para o capital. Já para os locais não centralizados nesse plano industrializador, tal

como cita o professor Siqueira, restam discursos como “Quem não puder viver, que morra!”. No momento em que todas as luzes estavam acesas para a indústria, a literatura é como um feixe sutil de luz apontado para realidades desconhecidas por muitos e desprezadas pelo governo. A literatura produzida na década de 1930 é apontada, pelos leitores que primeiro receberam as produções, como sendo um *locus* de conhecimento. É isso que conta Antonio Candido, em seu momento de fala no Simpósio Graciliano Ramos – 75 anos de *Angústia*, ocorrido em 2011. O simpósio foi organizado pela Editora Record, com palestras em alguns estados brasileiros. A abertura ocorreu na Universidade de São Paulo (USP) e contou com a presença de Antonio Candido, o qual, ao compartilhar sua experiência de leitor da obra de Graciliano Ramos (ou seja, antes do reconhecimento como crítico e teórico literário), disse:

Então, o romance brasileiro foi, em grande parte, sob certos aspectos, um romance de descoberta. (...). A segunda coisa, talvez pra mim até mais importante que essa, é que esse romance me aproximou do pobre e do desvalido, porque os romances, por acaso, que me caíam na mão naquele tempo, eram sobretudo romances da vida urbana ou romances regionalistas de cunho pitoresco, em que, praticamente, o homem rural era tido como objeto de curiosidade. Inclusive se imitava-se a fala deles. Foi a primeira vez que eu li romances sobre a vida do negro, sobre a vida do trabalhador de cacau, sobre o jagunço, de modo que me aproximou muito. É curioso que pra minha geração esses romancistas tiveram também uma grande função de radicalidade. De radicalidade. Quer dizer, eles nos habituaram (eu penso sempre em mim, nos meus colegas em todo o Brasil, as pessoas que eu conhecia), nós começamos a ver o Brasil pobre, o Brasil esquecido, o Brasil espezinhado. (...). Foi uma espécie quase de projeto. A impressão é a de que foi um projeto. Esse projeto não houve racionalmente, os escritores não se reuniram para dizer “vamos tratar do pobre, vamos tratar do desvalido”. Foi o momento histórico que levou a isso, porque foi o momento em que as classes sociais foram sacudidas no Brasil com a decadência da oligarquia e a entrada do operário na vida política, e esse momento é muito importante. (...). Nesse movimento teve uma importância extraordinária o que se chamava Romance do Nordeste, o romance nordestino (...) que como um movimento, foi aí, vamos dizer, que o nordeste se impôs ao Brasil. Isso, para os brasileiros que não eram do Nordeste, foi extraordinário, como conhecimento do seu país e como introdução de uma nova visão da realidade. (TV CULTURA, 2011)

Nessas palavras, Candido constata a importância de se destacar a leitura sincrônica dos Romances de 30, no momento de lançamento das obras, uma leitura para além da fruição estético-literária. Como defende Roland Barthes, a *mathesis* se impõe para os leitores que queiram aprender sobre história, geografia e situação político-econômica dos brasileiros esquecidos no **Brasil das regiões do norte**. Conhecer as existências social, geográfica, familiar, intelectual e as demais, em meio à seca e a um momento histórico no qual ainda não havia a globalização das notícias, como se tem hoje, era um presente vivenciado pelos escritores ditos regionalistas, que acabaram informando sobre o Nordeste e formando um público leitor crítico no restante do país. Outros escritores de literatura como Ramos também atuaram como significativos agentes políticos, ao proporcionarem o desocultamento de realidades omitidas pelas esferas governamentais.

Os livros de História, frequentemente, registram com destaque o período de governo do presidente Getúlio Vargas. Na seleção da História dominante (sem, contudo, ignorar que o fazer histórico tem se autocriticado e buscado uma produção mais democrática), falar do discurso vencedor de industrialização é mais empático com o dominador, se comparado a registrar a realidade dos perdedores que viveram em miséria de recursos hídricos, dado estarem em uma região brasileira não priorizada pela esfera federativa. Esse lugar na memória do país, que não foi possível mediante a História, existiu e existe mediante a, também, literatura. Em um distanciamento claro do afirmado por Vargas, que dizia “Quem não puder viver, que morra!”, a literatura possibilitou a vida – porque a lembrança – desses seres humanos sertanejos.

Em uma camada mais profunda de percepção da obra, para além da superfície do texto, toma-se como significativa a leitura de uma **trapaça salutar** (para fazer uso da expressão de Barthes) de Graciliano, ao fazer complexa crítica ao autoritarismo político de seu momento. Trapaça salutar porque de dentro do objeto criticado se dá a crítica: mesmo sob acirrada censura, Ramos soube falar do Brasil, metaforizando-o mediante o sertão. Uma leitura pouco crítica não é capaz de perceber essa façanha, por isso a obra não foi impedida de ser publicada. Em um primeiro momento, trata-se apenas de uma obra regionalista. Contudo, com olhos crítico-políticos, percebemos como cada brasileiro era um potencial Fabiano, passível de encarceramento ao gosto do braço armado arbitrariamente. Pode-se dizer que, sob certa especificidade, os civis que viveram no governo Vargas podem ser lidos como Fabianos, quando se trata de pensar o Estado Novo: ou abaixando a cabeça e declarando que “governo é governo” (RAMOS, 2013, p. 107) ou revoltando-se com a autoridade desonesta de soldados amarelos.

Na obra, são poucas as vezes em que se pode perceber Fabiano contrariado frente ao poder que uma roupa, a farda, dá a homens que, apesar de fracos e pequenos, tornam-se capazes de agredi-lo. Momentos pontuais, porém muito latentes, da obra de Graciliano, nos quais Fabiano



questiona esse direito de subjugar que a botina concretiza em soldados amarelos franzinos. Essa autopercepção do seu lugar de homem socialmente perdedor e dominado é mais um motivo pelo qual não se concorda aqui com as afirmações de que ele e sua família são iguais aos bichos, ao ponto de serem entendidos como animalizados. Baleia não se percebe como sujeito injustiçado pelos poderes políticos (o mais próximo a isso para a cadela é se sentir incomodada com o falatório ou com a falta de ossos na panela), mas Fabiano sim. A passagem em que analisa o soldado amarelo como um ser pequeno e fraco, capaz de subjugar a todos apenas por ter uma farda, é o momento por excelência da obra em que a estrutura social como um todo é evocada para ser problematizada:

Mas então... Fabiano estirava o beiço e rosnava. Aquela coisa arriada e achacada metia as pessoas na cadeia, dava-lhes surra. Não entendia. Se fosse uma criatura de saúde e muque, estava certo. Enfim apanhar do governo não é desfeita, e Fabiano até sentiria orgulho ao recordar-se da aventura. Mas aquilo... Soltou uns grunhidos. Porque motivo o governo aproveitava gente assim? Só se ele tinha receio de empregar tipos direitos. Aquela cambada só servia para morder as pessoas inofensivas. Ele, Fabiano, seria tão ruim se andasse fardado? Iria pisar os pés dos trabalhadores e dar pancada neles? Não iria. (RAMOS, 2013, p. 105)

Somada a percepção de que a autoridade exercida pelo soldado é puramente arbitrária, logo, não natural, Fabiano também ascende em sua reflexão o orgulho dos que são punidos pelo autoritarismo. Isso porque apanhar de governo significa não concordar com seus desmandos injustos. Esse olhar de alguém que não compactua, de alguém que questiona e deseja uma realidade diferente, pode ser lido como um fragmento da realidade de cerceamento político do momento histórico vivido por Graciliano e seus contemporâneos. Fabiano afirma por muitos ao refletir que “não é desfeita”, mas sim motivo de “orgulho” (RAMOS, 2013, p.105) ser preso por se opor ao não democrático. Tal insatisfação com a limitação dos direitos civis será sempre compartilhada aqui por todos os que se encontrarem e se perceberem debaixo do punho férreo do autoritarismo. *Vidas secas* é, também, esse lugar atemporal de encontro afetuoso e perseverante daqueles que buscam mais do que lhes é injustamente permitido exercer de atuação político-social.

Outro ponto de identificação das limitações retratado na obra está no não lugar de fala (que propositalmente é criado no plano estético da obra) das pessoas centralizadas. Dado que são perdedoras, as personagens de *Vidas secas* são logo percebidas como tal ao não terem autonomia na contação de suas



próprias efabulações e ações. Ao que nos parece, Graciliano Ramos soube perceber com sensibilidade o quão incoerente seria construir uma narrativa em que pessoas tão introspectivas, truncadas e traumatizadas dominassem a linguagem a ponto de narrarem suas vidas em primeira pessoa. Contudo, um olhar alheio, de um puro observador, não alcançaria as fissuras psicológicas que tanto acrescentam à obra. Diante disso, o narrador mostra-se o ideal, num entre-lugar que possibilita rebuscamento e fluidez linguística, sem que se perca a coerência quanto à precária condição de fala.

## CONCLUSÃO

A linguagem é uma ferramenta única, em suas possibilidades e limitações. Toda e qualquer forma de uso dada à língua carregará essa dupla qualificação. A História maiúscula, como área de saber que parte do registro, não foge de tal impasse. Portanto, a literatura, por mostrar suas opacidades, é uma maneira de leitura e escrita do mundo mais disposta a transparência. O fazer artístico-literário pode ser também entendido como um lugar propício para tratar daquilo que nos debates político-sociais é ignorado – e não furtivamente. Dessa forma, tal como Benjamin afirmou, pequenas histórias compõem a História oficial. Escolhida a obra *Vidas secas* como *corpus* literário deste trabalho, buscou-se apontar para a evidência de que a obra promove memória a seres esquecidos, ao conceder voz, ainda que indiretamente, aos **perdedores do sertão**.

Em suma, defendeu-se que a literatura, uma atividade não utilitária, desponta como fonte de fruição que não demite a política, mas seu discurso não se coloca como a verdade, ao contrário, demanda inúmeras possibilidades de reflexão que por vezes nos passam despercebidas. Cabe, por fim, não omitir que a literatura trata também do discurso dos vencedores. Isso mostra a coerência de seus postulados: se tratasse apenas do discurso dos eludidos pela História, em vez de se apresentar mais aberta aos grandes e pequenos relatos, aos microdiscursos e à macropolítica, ela estaria igualmente flertando com binarismos.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, R. *Aula*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, s/d.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, v 1. 3. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.



- BORGES, V. P. *O que é história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CANDIDO, A. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- EAGLETON, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- ISER, W. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, L. C. *Teoria da literatura em suas fontes*, v. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 384-415.
- KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MATE, R. *Meia-noite na história: comentário às teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história*. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: UNISINOS, 2011.
- RAMOS, G. *Infância*. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Vidas secas*. 121. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- REBELLO, I. S. As classes populares e as duras cavalgaduras da vida: uma leitura de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos. *Soletas*, n. 10, São Gonçalo, jul./dez. 2005, p. 85-96.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 27. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SELIGMANN-SILVA, M. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 73-98.
- SIQUEIRA, A. J. *Getúlio Vargas e o nordeste*. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2083-getulio-vargas-e-o-nordeste>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- TV CULTURA. *Depoimento de Antonio Candido no Simpósio Graciliano Ramos – 75 anos do livro Angústia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p3rdY-0Ows>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- WHITE, H. O texto histórico como artefato literário. In: \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Edusp, 1994, p. 97-116.

